



## TERMO DE USO, TRATAMENTO E CONSENTIMENTO DE DADOS PESSOAIS Lei Geral de Proteção de Dados – Lei nº 13.709/2018 – LGPD

Pelo presente instrumento particular, o(a) CONTRATANTE/SOLICITANTE, doravante denominado(a) simplesmente TITULAR DOS DADOS, de forma livre, expressa, consciente, informada e inequívoca, autoriza o advogado e/ou escritório de advocacia responsável pelo atendimento, doravante denominado CONTROLADOR, a realizar o tratamento de seus dados pessoais, nos termos da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), para as finalidades relacionadas à prestação de serviços advocatícios, assessoria e consultoria jurídica.

### 1. DO CONSENTIMENTO

O TITULAR DOS DADOS declara estar ciente e concorda que seus dados pessoais poderão ser tratados pelo CONTROLADOR, inclusive mediante coleta, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação, controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração de dados, observados os princípios da finalidade, adequação, necessidade e segurança previstos na LGPD.

### 2. DOS DADOS COLETADOS

Poderão ser coletados e tratados, quando necessários à execução dos serviços contratados, os seguintes dados:

Nome completo;

Nacionalidade;

Estado civil;

Profissão;

CPF e RG;

Endereço residencial e profissional;

Telefones e endereços eletrônicos;

Informações bancárias;

Dados constantes em documentos judiciais e extrajudiciais;

Informações necessárias à propositura, defesa ou acompanhamento de ações judiciais e administrativas;

Outros dados fornecidos voluntariamente pelo TITULAR DOS DADOS.

### 3. DAS FINALIDADES DO TRATAMENTO

O tratamento dos dados pessoais possui as seguintes finalidades:

Execução de contrato de prestação de serviços advocatícios;

Elaboração de peças processuais, contratos, notificações e documentos jurídicos;

Propositura, acompanhamento e defesa em processos judiciais e administrativos;



Atendimento de exigências legais, regulatórias e judiciais;  
Contato com órgãos públicos, cartórios, instituições financeiras e terceiros relacionados ao serviço contratado;  
Comunicação com o TITULAR DOS DADOS;  
Armazenamento de documentos e informações pertinentes ao atendimento jurídico;  
Exercício regular de direitos em processo judicial, administrativo ou arbitral.

#### 4. DO COMPARTILHAMENTO DOS DADOS

O TITULAR DOS DADOS autoriza o compartilhamento de seus dados pessoais, quando estritamente necessário, com:

Poder Judiciário;  
Cartórios;  
Órgãos públicos;  
Instituições financeiras;  
Correspondentes jurídicos;  
Peritos;  
Contadores;  
Plataformas eletrônicas processuais;  
Demais terceiros indispensáveis à adequada execução dos serviços jurídicos.

#### 5. DA SEGURANÇA E CONFIDENCIALIDADE

O CONTROLADOR compromete-se a adotar medidas técnicas e administrativas aptas à proteção dos dados pessoais, visando impedir acessos não autorizados, perda, destruição, vazamento, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

Todas as informações recebidas serão tratadas sob sigilo profissional, observando-se o Estatuto da Advocacia, o Código de Ética e Disciplina da OAB e a legislação vigente.

#### 6. DOS DIREITOS DO TITULAR

Nos termos da Lei nº 13.709/2018, o TITULAR DOS DADOS poderá, a qualquer momento e mediante solicitação expressa:

Confirmar a existência de tratamento de dados;  
Acessar seus dados pessoais;  
Solicitar correção de dados incompletos, inexatos ou desatualizados;  
Solicitar anonimização, bloqueio ou eliminação de dados desnecessários;  
Revogar o consentimento anteriormente concedido;  
Solicitar a portabilidade dos dados, quando aplicável;  
Obter informações acerca do compartilhamento de dados realizado.



## 7. DO PRAZO DE ARMAZENAMENTO

Os dados pessoais poderão ser armazenados pelo período necessário ao cumprimento das finalidades previstas neste termo, bem como para atendimento de obrigações legais, regulatórias, contratuais e exercício regular de direitos pelo CONTROLADOR.

## 8. DA REVOGAÇÃO DO CONSENTIMENTO

O consentimento ora concedido poderá ser revogado a qualquer tempo pelo TITULAR DOS DADOS, mediante solicitação expressa por escrito, ficando ciente de que a revogação poderá impossibilitar a continuidade da prestação dos serviços jurídicos eventualmente contratados.

## 9. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

O presente Termo em conformidade com a Lei nº 13.709/2018 (LGPD), Código Civil, Estatuto da Advocacia e demais normas aplicáveis, produzindo efeitos a partir da ciência do TITULAR DOS DADOS.

## 10. DECLARAÇÃO DO INTERESSADO

Estando devidamente ciente, desta forma, o TITULAR DOS DADOS, de maneira livre, expressa, informada e inequívoca, autoriza o advogado e/ou escritório de advocacia responsável pela prestação dos serviços jurídicos a realizar o tratamento de seus dados pessoais, bem como a praticar os atos necessários ao adequado gerenciamento das informações fornecidas, observadas as finalidades legítimas relacionadas à execução do mandato e à prestação dos serviços advocatícios.

O tratamento de dados compreende toda e qualquer operação realizada com dados pessoais, incluindo, mas não se limitando, à coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação, controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração de dados, sempre em observância aos princípios da boa-fé, finalidade, necessidade, adequação e segurança previstos na legislação aplicável.

O TITULAR DOS DADOS declara ciência de que as informações fornecidas poderão ser utilizadas exclusivamente para fins relacionados à prestação de serviços advocatícios, defesa de direitos, cumprimento de obrigações legais e exercício regular de direitos em processos judiciais, administrativos ou arbitrais.

**CONTROLADOR / ADVOGADO RESPONSÁVEL**

João Paulo Walek – OAB/SP nº 345.486